

Valente

Revista das trabalhadoras e dos trabalhadores do Judiciário Catarinense | ano 8 | número 10 | Setembro 2025



Artigo

“Tempo bom, tempo ruim”: a tecnologia como um campo em disputa



Narrativas

Reduzir a jornada para caber a vida inteira



Coletivos

Na disputa pelo tempo, quanto cabe às mulheres negras?

Diretoria Executiva

Presidenta - Carolina Rodrigues Costa

Vice-presidente - Helio Lentz Puerta Neto

Secretária-Geral - Ellen Caroline Pereira

Primeira Secretária - Nedi Teresinha de Villa Moreira

Secretária de Finanças e Patrimônio - Cristiane Müller

1º Tesoureiro - Luiz Carlos Cela Zolet

Secretária de Estudos Socioeconômicos e Formação Sindical - Soraia Joselita Depin

2ª Secretária de Estudos Socioeconômicos e Formação Sindical - Jaqueline Alexandra Maccoppi

1ª Secretária de Imprensa e Divulgação - Ivone Ester Vidal Borges

2º Secretário de Imprensa e Divulgação - Rodrigo Correa Simon

1ª Secretária de Assuntos Jurídicos - Claudia Helena Coradi

2º Secretário de Assuntos Jurídicos - Samuel Santos Silva

1ª Secretária de Política Sindical - Ignez Busnello Durgante

2ª Secretária de Política Sindical - Liliane Fatima de Araujo

1ª Secretária de Cultura, Promoção Social e Esportes - Ângela Daltoé Tregnago

2º Secretário de Cultura, Promoção Social e Esportes - Claudio Oneres Heinzen

1ª Secretária de Aposentados - Shirlei Lucia Daltoe Berger

2ª Secretária de Aposentados - Valfrida de Oliveira

Conselho Fiscal

Daniele Burigo Marques Heinzen

Alessandra Ludwig

James Hulbert Alberton

Camila Linhares Pivatto Cordova

Arnaldo Nazareno Borges

Representantes Regionais

Eneas Luiz Cesconetto

Rafael Rovaris

Andrea do Nascimento Viana

Vinicius Souza Schardong

Cristiane Ferreira de Melo

Sidnei Furlan

Alessandro Schotten Becker

Gustavo Meneghetti

Antonio Carlos Alves Dias

Alba Lucia Fernandes

Julio Cesar Schneider Correa

Alesandro Jorge Pickcius

Andre Minotto Portela

Ricardo Schmitt Maes

Fabiana de Macedo Soares Silva

Hermes de Oliveira

Cleusa Inacio

Nathan Gabriel Gassenferth

Rosilene Aparecida da Silva Lima

Gustavo Gouvea Villar

Aderbal Carlin do Prado Junior

Celia Regina Capeleti

Joyse Joliet Giovanella

Adriana Ballerine Antunes da Silva

Leonir Martins Pereira

Willians Cesar Peres

Ivone Coelho

Luiz Nascimento Carvalho

Constantino Azevedo do Nascimento

Claudia Liliane Viana

Divinamir de Oliveira Pinto

Isabel Luzia Fuck Bittencourt

Vilmarize Terezinha Bughay Wilkosz

Noeli Bock Alles

Iolete de Jesus

Ivete Tedesco Cambri

Dalmo Gerson Muniz

Adriana Regina Modesti

Simone Martins de Castilhos Godoy

Tadeu Cristiano Gasperim

Tatiana Maria Schossler



Sumário

4 | Editorial



Entrevista

Andréa Regina Ferreira da Silva

Pág. 5

9 | Artigos

O cuidado como responsabilidade generificada e o direito como ferramenta à mudança |

Dymaima Kyzzy Nunes

11

“Tempo bom, tempo ruim”: a tecnologia como um campo em disputa | Ellen Caroline Pereira

13

É tempo de ter tempo | Cris Claudino

15

Mães invisíveis | Micheline Zolet e Amanda Carla

18 | Narrativas

Reduzir a jornada para caber a vida inteira | Jaqueline Maccoppi

20 | Coletivos

O tempo nos faz e o que fazemos com ele nos define |

Valfrida de Oliveira

22

Na disputa pelo tempo, quanto cabe às mulheres negras? |

Maíra Vitório Martinho

24

A redução da jornada como uma forma de cuidado de si |

Dinara Joana Orlandi Pasa,
Haydée Fernanda Loppnow e
Josiane Censi

26

Ensaio

A roupa se lava sozinha

Carolina Rodrigues Costa



conselho editorial



Josiane Censi



Aline Covolo Ravara



Jaqueline Maccoppi



Haydée Fernanda Loppnow



O tempo que é nosso por direito

Quem controla o tempo, controla a vida.

Enquanto uns acumulam horas livres, viagens, meditação e hobbies, outros vivem espremidos entre o despertador e o esgotamento. O tempo não é igual pra todo mundo. Nunca foi. E essa é uma verdade incômoda, mas urgente: a **distribuição do tempo** é uma das faces mais cruéis da desigualdade de gênero, raça e classe – e é sobre isso que esta edição da *Valente* se debruça.

Reduzir a jornada de trabalho não é só sobre produtividade ou folga na sexta-feira. É um debate de justiça, saúde, dignidade. É reconhecer que a vida das mulheres é atravessada por exigências contínuas, sobrepostas, muitas vezes silenciosas. Reduzir a jornada é **redistribuir o tempo**, esse recurso tão precioso quanto invisível.

Nesta edição, discutimos a licença-paternidade como política de equidade. Porque não basta reconhecer o peso do cuidado, é preciso **compartilhá-lo**. Falamos também sobre as mães de filhos com deficiências que vivem em condição permanente de atenção, afeto e exaustão – e da ausência do Estado no suporte a essas rotinas. Falamos das mães trabalhadoras que mal têm tempo de respirar entre uma tarefa profissional e um antibiótico infantil. Das mulheres sindicalistas que levam as pautas da vida real para as mesas de negociação. De como o tempo livre se tornou um luxo. E de como a tecnologia, enquanto nos promete facilidades, segue **colonizando até o último minuto do nosso dia**.

A edição também olha para a frente. O que fazer quando a aposentadoria chega e a sensação não é de liberdade, mas de esvaziamento? Como cuidar do tempo quando ele finalmente sobra – mas ninguém ensinou como usá-lo sem culpa?

Essas reflexões estão aqui, atravessadas por histórias, análises e vivências que partem de um ponto em comum: **a luta pelo direito ao tempo**.

Porque tempo também é afeto. Tempo também é saúde. Tempo também é política.

Não queremos mais viver correndo para dar conta de tudo. Nem seguir ouvindo que não fomos produtivas o suficiente enquanto carregamos o mundo nas costas – e no colo. É hora de virar a ampulheta.

Reduzir a jornada é libertar o tempo. É devolver vida às mulheres. É abrir espaço para o descanso, o cuidado, o desejo, a luta e o que ainda nem conseguimos sonhar.

A Valente chega à sua 10ª edição com fôlego de quem respira fundo antes de seguir. Porque sabemos: viver, hoje, também é resistir ao colapso do tempo.

Boa leitura. Com calma, se puder.



Valente é uma revista do Sindicato das Trabalhadoras do Judiciário Estadual de Santa Catarina

Jornalista responsável:

Alana Pastorini (MTB 0072648/SP)

Revisão:

Ana Araujo Comunicação e Mobilização Social

Projeto gráfico e diagramação:

Tárik Assis Pinto

Ilustrações:

Tay Nascimento

Gravação de textos:

Jaqueline Maccoppi

Captação de voz e edição:

Miguel Rosa

Tiragem:

1 mil exemplares

Contato:

0800 701 1690

www.sinjusc.org.br

sinjusc@sinjusc.org.br

Os artigos de opinião são de responsabilidade das autoras, e por isso, a mesma deve ter cuidado com a autenticidade das informações apresentadas!

SINJUSC
Sindicato



@sinjusc.sc



(48) 9 9642-6874



SINJUSCTV



@Sinjusc



A luta por menos trabalho

Por Alana Pastorini*

A 10ª edição da Revista Valente traz a luta por menos trabalho como tema central. E, como as Valentas acreditam que as mudanças surgem a partir da coletivização e organização da classe trabalhadora, foi salutar ouvir uma sindicalista. Andréa Regina Ferreira da Silva é trabalhadora pública, mulher negra e a primeira a ocupar a Coordenação Geral do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do estado do Paraná (Sindijus PR). Nestas páginas que seguem, Andréa debate o ritmo acelerado do trabalho, mas nos refrigera com a cultura de solidariedade como caminho para alcançar um mundo melhor para você, para mim, para nós, trabalhadores e trabalhadoras.



Andréa é a sindicalista e servidora do TJPR. Divulgação Sindijus PR.

> **Um dos temas mais básicos das lutas operárias é a luta pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial. Para reduzir a exploração real sobre os trabalhadores, no Brasil e globalmente, há discussões sobre o tema, levantando um novo contexto econômico que fortalece a pauta, seja por projetos de lei, acordos coletivos e outros instrumentos. Mas como coletivizar essa luta?**

Eu acredito que a luta tem que ser coletiva e essa coletivização é fundamental para fortalecer essa pauta e garantir que os trabalhadores tenham voz e força para conquistar esse direito. Mas lutar de forma coletiva ainda é um desafio e vencer esse desafio é o ponto principal. Vencer a lógica neoliberal, em que o individualismo se sobrepõe ao coletivo. A **Marilena Chauí**, em uma entrevista, falou que “o neoliberalismo diz que cada um de nós é um capital humano, que cada um de nós deve ser bem-sucedido na competição com todos os outros.” Eu

só vejo um caminho para superar essa ideologia que busca individualizar as relações de trabalho e desarticular a ação coletiva: 1) A organização dos trabalhadores através dos sindicatos, que dará o suporte e as ferramentas para lutar de forma organizada e fortalecida. 2) A formação da consciência de classe dos trabalhadores e trabalhadoras, que dará a exata noção dessa organização sindical. 3) Os fóruns de trabalhadores e trabalhadoras e outros movimentos sociais que aprofundam esse sentimento do coletivo, da solidariedade de classe e traz a superação dessa lógica que divide, espalha e enfraquece.

> **Como expandir essa luta para além das redes sociais?**

Mais um desafio que os Sindicatos enfrentam nesta sociedade pós-pandemia, onde as redes sociais, na vida das pessoas, passaram a ocupar um espaço enorme, substituindo inclusive o convívio social.

E esse fenômeno se refletiu também na organização da luta da classe trabalhadora. Eu vejo

que um dos caminhos é entender que precisamos também ocupar esse espaço das redes para fazer a luta. Não é possível ignorá-lo ou excluí-lo das nossas ações. Mas ele precisa ser mais uma ferramenta de luta, e não a única. Precisamos fortalecer as atividades presenciais, como mobilizações, caminhadas, audiências públicas, assembleias (que podem ser híbridas); e investir em formação, principalmente para os mais jovens, sobre a importância e o papel das ações presenciais na luta coletiva e na identidade de classe.

> **Com o avanço da tecnologia, prometeram reduzir distâncias e economizar tempo. Mas essa economia temporal não é revertida ao descanso, mais tempo com a família ou cuidado com a saúde. Ao contrário, é usada para mais trabalho. Como retroceder a isso?**

Prometeram para mascarar a face real do uso da tecnologia pelos empregadores, sejam empresas ou órgãos públicos e afins, como mais uma forma de ex-



ouça o áudio desta matéria



Andréa é a primeira presidente mulher negra do Sindijus PR. Divulgação Sindijus PR.

ploração do trabalho, e não uma melhora na qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras. A intenção nunca foi beneficiar a classe trabalhadora, mas reduzir o custo e maximizar o lucro. Quem fez a promessa? Essa é a pergunta que precisa ser respondida, porque a partir dessa resposta, os objetivos são fáceis de serem entendidos e percebidos.

A tecnologia, ao automatizar processos e aumentar a eficiência, pode levar à substituição de trabalhadores e trabalhadoras por máquinas ou sistemas automatizados, gerando desemprego e precarização. Além disso, plataformas digitais, como as de transporte e entrega de alimentos, têm sido apontadas como exemplos de precarização, onde os trabalhadores e trabalhadoras são classificados como autônomos, sem vínculo empregatício, direitos trabalhistas ou qualquer tipo de proteção social.

E essa precarização que estou falando se manifesta de diversas formas, como a intensificação da jornada de trabalho, aumento de metas (muitas inalcançáveis), a redução de salários, a instabilidade no emprego, o assédio moral e a diminuição de direitos trabalhistas.

A tecnologia precisa trabalhar a favor dos trabalhadores

"A classe trabalhadora precisa entender e conhecer esse mundo tecnológico, o que significa essa revolução tecnológica 5.0 e suas consequências."

e trabalhadoras também e, na minha opinião, é fundamental que haja regulamentação e políticas públicas que protejam a classe trabalhadora e garantam condições de trabalho dignas na era digital. É necessária a criação de um arcabouço legal que ofereça proteção para os trabalhadores e trabalhadoras em todos os aspectos da vida laboral, inclusive o direito à desconexão e o respeito à pausa e ao descanso.

A automação e o avanço das novas tecnologias não podem se sobrepor à saúde dos trabalhadores. Por isso, é importante lembrar que o conhecimento é uma arma poderosa contra as amea-

ças de precarização do trabalho. A classe trabalhadora precisa entender e conhecer esse mundo tecnológico, o que significa essa revolução tecnológica 5.0 e suas consequências. Acredito que essa é uma forma de barrar esse ataque aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, inclusive o direito de trabalhar sem adoecer.

> E qual o papel dos Sindicatos nesse processo?

Os sindicatos têm um papel fundamental na proteção dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras diante dos desafios que se apresentam de forma tão contundente. Os Sindicatos são os defensores, os negociadores e agentes de transformação social. Como reforça **José Paulo Netto**, os sindicatos funcionam como instrumentos de resistência e de mobilização social, promovendo a organização coletiva para enfrentar desigualdades e garantir condições dignas de trabalho (Netto, 2004). Os Sindicatos precisam ser os protagonistas nessa defesa dos direitos da classe trabalhadora, levando o conhecimento sobre os riscos e ameaças em toda essa revolução tecnológica, garantindo a proteção e a mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras nesse processo de resistência.

Eu acho importante ressaltar que o problema não é a tecnologia em si, mas sim os objetivos de sua utilização. Os Sindicatos precisam garantir que ela seja empregada e desenvolvida para a melhoria nas condições de trabalho e um aperfeiçoamento no atendimento à população.

Gosto de uma citação da **Maria da Glória Gohn**, destacando a dimensão educativa dos sindicatos: "Os sindicatos

não apenas negociam condições de trabalho, mas também promovem a conscientização dos trabalhadores sobre seus direitos e a importância da participação social" (Gohn, 2010).

> **A tecnologia é nossa plataforma de trabalho e, sim, novas formas virão, mas é preciso discutir as condições. Na sua opinião, como alcançar uma sociedade (talvez utópica), com relações de trabalhos justas e igualitárias, com condições de produzir bem, com qualidade, saúde e, não menos importante, solidariedade?**

Pra mim, uma sociedade ideal de relações de trabalho seria aquela em que todos têm acesso a condições justas e iguais, onde o trabalho é valorizado e realizado de forma saudável e sustentável. Nessa sociedade, as tecnologias seriam usadas para ampliar as oportunidades, melhorar a qualidade de vida e promover a solidariedade entre as pessoas. Além disso, ela garantiria que os trabalhadores e trabalhadoras tivessem condições dignas, com direitos respeitados, e que a produção fosse orientada para o bem comum, priorizando o bem-estar de todos. Nessa visão utópica, essa sociedade buscaria um equilíbrio entre inovação, justiça social e cuidado com as pessoas, criando um ambiente onde todos possam prosperar juntos. É por uma sociedade assim que devemos lutar!

> **A luta a ser construída é justamente por uma vida além do trabalho. Mas quando se trata das mulheres, o trabalho não**

termina ao chegar em casa. Como aproveitar o debate sobre a redução para sublinhar a desigualdade de gênero e propor caminhos?

Essa resposta daria espaço para muitos dias de discussão! Mas, sim, precisamos mesmo fazer o recorte de gênero e raça nesse debate e em qualquer outro feito na nossa sociedade estruturalmente sexista e racista.

No mercado de trabalho, podemos ver diversas situações que deixam explícita a desigualdade de gênero e raça, seja na contratação ou progressão na carreira, como quando uma mulher que tem filhos é preterida diante de um homem com ou sem filhos. E quando fazemos a interseccionalidade de raça, uma mulher negra com ou sem filhos é preterida por uma mulher branca e, com certeza, será diante de um homem branco com ou sem filhos.

As mulheres, especialmente as negras, ganham menos que homens brancos em funções semelhantes e enfrentam mais dificuldades para ascender a cargos de liderança. Mulheres negras também sofrem com maiores taxas de desemprego e

"Os Sindicatos precisam ser os protagonistas nessa defesa dos direitos da classe trabalhadora."

informalidade, além de estarem mais concentradas em ocupações de baixa remuneração.

De acordo com o 2º Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios, as trabalhadoras no Brasil ainda ganham 20,7% menos do que os homens em 50.692 empresas com 100 ou mais empregados. E, considerando somente as trabalhadoras negras, a diferença de remuneração aumenta. Elas ganham metade (50,2%) do salário dos homens brancos.

Ainda existe a questão da dupla, tripla jornada das mulheres, que também exercem majoritariamente a tarefa do cuidado, seja com filhos, idosos ou outros membros da família.

A escritora brasileira **Djamila Ribeiro**, por exemplo, fala sobre a importância de reconhecer as múltiplas



Divulgação Sindijus PR.

Sindicato fundou o Coletivo de Mulheres do SindijusPR – “Nenhuma Mulher precisa lutar sozinha”. Divulgação.



opressões enfrentadas pelas mulheres negras e de promover mudanças estruturais que favoreçam a equidade. Ela destaca que a luta por direitos não é apenas por melhores condições de trabalho, mas também por uma sociedade mais justa e igualitária, onde as tarefas de cuidado sejam compartilhadas de forma mais equitativa.

Falando em propor caminhos, insisto na questão educacional, de conhecimento, formando agentes de transformação social. De acordo com o que nos ensinou **Paulo Freire**, “educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”.

Estamos falando de estruturas centenárias de estereótipos, de visão de mundo, que só serão transformadas com a luta de diversos atores sociais. Então, se trata de uma revolução de dentro para fora, e com a participação das entidades sindicais e de proteção dos trabalhadores e trabalhadoras, sociedade civil, e os poderes executivo, legislativo e judiciário. Sendo que existem desafios por dentro das estruturas desses poderes também, mas este debate fica para uma próxima vez.



Mulheres negras enfrentam jornadas mais longas do que mulheres brancas, tanto no trabalho remunerado quanto nas tarefas domésticas e de cuidado. Essa desigualdade de tempo evidencia um racismo estrutural que ainda persiste. Como discutir redução da jornada e direito ao tempo livre, se a igualdade racial ainda está longe de ser uma realidade?

Quando fazemos o recorte racial em qualquer debate, descortina-se o resultado de quase 350 anos de escravização e da construção da imagem dos negros e negras como não humanos para justificar o tráfico e o tratamento cruel a que eram submetidos há menos de 200 anos, desde a “falsa abolição”.

Sim, temos ainda um longo caminho até alcançar a igualdade racial no país, mas a luta precisa ser contínua, constante. Somos resilientes, trazemos essa herança de nossos antepassados. Não vamos parar, mas essa luta precisa ser de toda sociedade, principalmente de todos os sindicatos e entidades que trabalham na defesa dos trabalhadores e trabalhadoras deste

país. Precisamos de pessoas antirracistas em todas as esferas de poder da nossa sociedade, formadores e formadoras de opinião, das iniciativas públicas e privadas, legisladores, judiciário. Precisamos de um “pacto antirracista”. Em defesa de políticas públicas que já existem, com o intuito de vencer esse racismo estrutural, o aperfeiçoamento delas e a fiscalização para que se cumpram em sua integralidade.

A discussão da redução de jornada deve seguir juntamente com a luta pela igualdade racial e de gênero, acompanhadas de ações efetivas, afinal elas se atravessam, se somam e se fortalecem.

Quero ainda citar duas autoras negras sobre esse tema, **Sueli Carneiro** e **Djamila Ribeiro**, que destacam a importância de compreender o racismo estrutural como uma base que perpetua as desigualdades. Sueli Carneiro, por exemplo, fala sobre a necessidade de políticas públicas que promovam a igualdade racial e de gênero, reconhecendo as especificidades das mulheres negras e suas jornadas duplas ou múltiplas. Djamila Ribeiro também reforça a ideia de que a luta por direitos deve incluir a discussão sobre o tempo e o cuidado, promovendo uma visão de sociedade mais justa e igualitária.



*Alana é jornalista e coordenadora de comunicação no SINJUSC.



O cuidado como responsabilidade generificada e o direito como ferramenta à mudança

Dymaima Kyzzy Nunes*

A quem é delegada a atribuição de nutrir, cuidar e educar uma criança? Qual o papel da legislação em reforçar ou mitigar a corresponsabilidade parental?

Embora tenha havido uma grande mudança ao longo das últimas décadas, em que vimos as mulheres protagonizando

diversos papéis na sociedade, a desigualdade de gênero persiste e se manifesta também nas horas dedicadas aos cuidados com outras pessoas, de bebês a idosos; não são raras as vezes em que as mulheres se tornaram provedoras financeiras, principais ou unicamente responsáveis pela manutenção de suas casas,

mas seguiram acumulando as mesmas tarefas nesse *locus* doméstico. Em geral, o que ocorre é que o patriarcado nos convenceu de que é nossa a atribuição exclusiva garantir o bem-estar de crianças, e que a admissão de outros responsáveis nesse labor traria aos infantes prejuízos psicológicos indelévels. Aquilo que o senso comum passou a chamar de carga mental materna é, assim, o resultado desse papel assumido pela mulher, que, quando se ausenta, é considerada - e, frequentemente, considera a si mesma - como a pessoa que não está cumprindo inteiramente com suas obrigações.

O modelo de cuidado, tal qual hoje concebido, é considerado uterino, uma vez que impõe à mãe o exercício de uma onipresença aos moldes de um funcionamento quase biológico, a ser perseguido e almejado, em detrimento da sua própria subjetividade e às expensas do seu próprio corpo.

Elisabeth Bandinter (1985), filósofa francesa interessada em desvendar o suposto "instinto materno", apresentou em seu estudo dados relevantíssimos que contradizem o postulado de que o cuidado comporia um impulso feminino; seu estudo demonstra, em resumo, que o instituto materno é um conceito fabricado pelo patriarcado para responder a questões socioeconômicas, convertendo um discurso ideológico em um fato científico.



Hoje se sabe que correlacionar a experiência de concepção com a constituição subjetiva do parentesco é desconsiderar todas as demais experiências que não envolvem a gestação, e suas possibilidades de estabelecer laços afetivos, e de incorporar as atribuições de atender, nutrir e educar um ser humano.

Poderíamos aprofundar o assunto, e pensar o que simboliza a palavra “mãe”. Poderíamos nos questionar se a quem gesta pode ser adjudicada tal expressão ou se, para isso, é preciso atender certas expectativas sociais que não fazem mais que generificar tal designação. A linguagem é uma maneira de acessar a dimensão simbólica das coisas, e por isso é tão importante ficarmos atentas às palavras que atribuem sentido aos objetos, sentimentos e relações que nos atravessam, e, ainda mais, perceber como ela pode funcionar como um grilhão que nos aprisiona aos seus significados.

Deixamos a quem nos lê esse encargo de refletir sobre temas tão profundos e espinhosos.

Neste texto, vamos nos ater a apontar que a legislação relativa à licença paternidade, nos moldes hoje vigentes, reforça a ideia dessa responsabilidade quase exclusiva às mulheres, e não aos homens que, em tese, seriam corresponsáveis nos cuidados e na criação dos filhos. Isso porque, segundo consta na Constituição Federal, hoje são concedidos apenas 5 (cinco) dias corridos, contados do nascimento do bebê para que o pai permaneça em casa afastado do trabalho; já para servidores públicos do Estado de Santa Catarina - aqui incluídos os servidores concursados do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) - são conferidos 20 (vinte) dias consecutivos, contados da alta hospitalar de

"O patriarcado nos convenceu de que é nossa atribuição exclusiva garantir o bem-estar de crianças".

seu filho ou da mãe do recém-nascido, o que ocorrer por último; por outro lado, às mães, servidoras públicas do TJSC, concede-se um prazo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, contados do mesmo período, para que permaneçam afastadas do trabalho, sem prejuízo da remuneração (Resolução GP n. 44/2021).

Nesse sentido, Joice Berth (2023) acrescenta a superveniência de um fenômeno da feminização da pobreza, aprofundada pela maternidade, situação que representa uma sobrecarga de trabalho às mulheres - as chamadas duplas ou triplas jornadas de trabalho - frequentemente acompanhadas de menos ofertas de trabalho e menores salários, o que, por sua vez, determinará a sua inserção no espaço urbano, além de uma redução de oportunidades concretas de viver e explorar a cidade. Ao contrário, um homem, ao se tornar pai, pode ganhar até 6% a mais quando tem e vive com um filho, conforme demonstrou um estudo feito em 2018 pela universidade de Stanford e o instituto de pesquisas Third Way.

Pensar no patriarcado como um regime a-histórico e imutável, sem influxos das condições materiais epocais, é manter o corpo feminino um corpo-servidão, ao qual se atribui com exclusividade funções e responsabilidades que deveriam ser partilhadas. Considerá-lo mais

apto ao exercício de determinadas tarefas - em especial, as domésticas e de cuidado -, até hoje não reconhecidas e não remuneradas, é refratar uma cultura que criticamos e que buscamos aplacar. Por isso, ampliar o prazo de licença-paternidade é uma medida bem vinda, nessa perspectiva de formalizar o cuidado como um dever compartilhado entre os genitores. Pois, se é mesmo necessária uma aldeia inteira para educar uma criança, igualar as licenças entre os genitores é um passo fundamental para alocar formalmente ambos na posição de cuidadores e corresponsáveis nessa incrível tarefa de cuidar.



*Dymaima é analista no TJSC, com pós em Direito Civil, Processual Civil, de Família e Sucessões. Tem publicações no *Le Monde Diplomatique* Brasil, é membro das Valentas e do grupo de estudos no IBDFAM/SC



“Tempo bom, tempo ruim”: a tecnologia como um campo em disputa

Por Ellen Caroline Pereira*

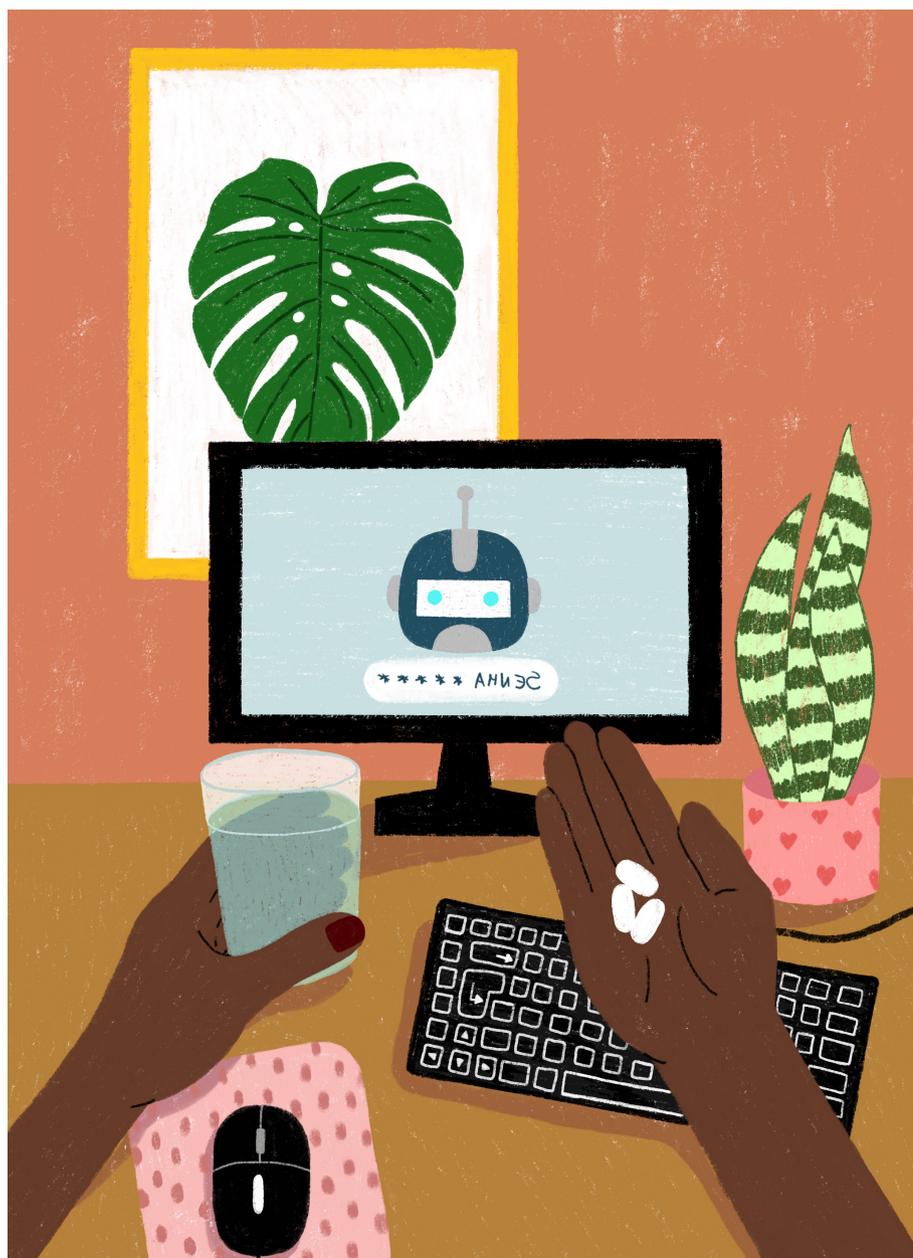
Quero falar do tempo. Mas não apenas desse tempo que escorre feito vento. Quero falar do próprio vento como o tempo. Penso que tanto o tempo das horas, da história, da vida, quanto o tempo o qual nomeamos as condições climáticas, do frio, do calor, do vento que

anuncia tempestades, estão simbioticamente interligados. O tempo, assim como o vento, não tem como ser dimensionado. A tecnologia pode ter produzido formas de calculá-lo, mas a sua imensidão é inatingível. Lembrei de lembrar desse tempo, porque na escrita desse texto me

soprou nos ouvidos *lansã* -, para algumas pessoas, *Oyá*; ou Santa Bárbara, no sincretismo. Ela é, na perspectiva das religiões de matriz africana, a Orixá que domina o vento e a tempestade. Lembrar de lembrar me parece significativo, porque vivemos em um tempo que se esvai feito vento, como se fossemos envolvidos em tempestades que não necessariamente deixam calma depois; ou seja, facilmente esquecemos, porque é difícil armazenar o excesso de informações que nos circundam.

Isso porque estamos rodeadas/os de inúmeros estímulos a todo momento. As demandas de trabalho e da vida pessoal nos chegam com velocidade torrencial por meio de um aparelho *smartphone* que nos conecta a redes infintas de contatos. Qualquer comentário, qualquer busca on-line, se transforma em comerciais que aparecem em nossas redes, seduzindo-nos ao consumo como uma estratégia acertada do capitalismo, induzindo-nos a uma bolha infinita de necessidades que, na maioria das vezes, são apenas criadas. É certo também que o uso da tecnologia, em grande medida, nos trouxe facilidades como a possibilidade de encurtar distâncias e também de simplificar trabalhos que antes exigiam maior dedicação de tempo.

No entanto, em um mundo no qual a desigualdade é fundamento para manter as estruturas de poder embasadas na exploração do trabalho, a



tecnologia se coloca como um campo de disputa. **Deivison Faustino** (2023, p. 169) reflete que “os primórdios da internet pareciam nos oferecer uma ferramenta definitivamente libertária” [...] que “seria uma democratização do acesso ao conhecimento”. Contudo, de acordo com o autor, vivemos uma “mercantilização da vida”. Tem uma canção dedicada a lansã que fala o seguinte: “rainha dos raios, rainha dos raios, tempo bom, tempo ruim”. A música me impele a refletir que o tempo é o mesmo, sendo ele bom ou ruim, e essa análise se desenha sempre a partir de uma perspectiva. Da mesma forma a tecnologia, ela é a mesma, e poderia ser utilizada para melhorar nossas condições de vida. Contudo, ela intencionalmente é utilizada para manipular a nossa subjetividade e, por conseguinte, nossa forma de viver. Faustino (2023, p. 155) assinala que vivemos a “submissão crescente de tudo o que ainda resta ‘fora’ ao seu domínio direto, alterando definitivamente, assim, a nossa forma de estar no mundo”, e, em seguida, questiona: “estamos falando da internet ou do capitalismo?”, e responde “talvez da submissão da primeira ao segundo”. Sem dúvidas, essa deve ser a centralidade de nossa análise. Visto que, se a tecnologia fosse utilizada como uma ferramenta libertária, a nossa capacidade de produzir mais em menos tempo garantiria a redução do nosso tempo de trabalho, ou seja, de nossa jornada.

Quando tomamos como ponto de análise as condições de trabalho no próprio Poder Judiciário de Santa Catarina – PJSC, percebemos que, além de produzir mais dentro da própria jornada que foi intensificada, produzimos mais para além da jornada, pois lidamos com barreiras completamente

borradas, uma vez que nosso trabalho cabe em um aparelho celular, nos acompanhando 24h por dia. Neste contexto, não são raros os relatos de que a cobrança pela produtividade arremesse as/os trabalhadoras/es para jornadas que extrapolam seus horários. É nesse lugar que o tempo se vai feito vento, com rapidez e velocidade. Não damos conta, pois o aligeiramento de tudo nos empurra quase que de forma automática para um sentimento de insuficiência. Quando associamos esse aligeiramento da vida ao patriarcado como um dos elementos fundantes de nossa sociedade, percebemos que as duplas e triplas jornadas de trabalho das mulheres também sofrem uma intensificação, permitindo, mais uma vez, a imposição de um trabalho superexplorado.

A reificação é uma categoria marxista que nos ajuda a compreender que o capitalismo supervaloriza a produção em detrimento da coisificação das relações humanas. Alguns autores vão refletir que a coisificação e animalização no escravismo, atribuídas à “condição negra”, é reconfigurada na atualidade, espalhando-se como algo partilhado por todas as pessoas. Não sei se concordo com o argumento em sua integralidade, mas minha reflexão aqui vai no sentido de pensar as nossas vidas no campo mercadológico, tal qual o período colonial que, com base no escravismo, estruturou a sociedade de classes. De acordo com Faustino (2023, p. 165), estamos falando “da manipulação intencional da cognição humana a partir dessas tecnologias com vistas à ampliação da acumulação de capitais”.

Por fim, quer-se ponderar que o aligeiramento de tudo, os estímulos do consumo em torno de um padrão de vida inalcançá-

vel para a classe trabalhadora, a intensificação do trabalho e a superexploração de gênero e raça em torno dela - todos aspectos centrais para ampliar a acumulação de capitais -, nos joga para uma forma adoecedora de ser e estar no mundo. A nossa capacidade não pode ser comparada a uma nuvem, ela é o que é possível dentro da nossa humanidade. Nesse sentido, nos cabe questionar: como garantir a nossa saúde, especialmente mental, se nesse cenário da tecnologia a favor do capital estamos constantemente correndo em uma esteira que nunca para? Que não respeita o tempo do nosso corpo? Das nossas emoções? Estamos sempre fazendo! Às vezes, sinto que lansã está me carregando dentro de um tornado; não posso pisar no chão, porque isso me faz perder “tempo”! Então, só vou! Então, só vamos! O convite é para que paremos, e só podemos fazê-lo de forma coletiva! Que paremos coletivamente para alinhar as estratégias de luta. Que paremos coletivamente e nos permitamos ser embaladas/os por brisa leve. Brisa leve também é lansã! Que façamos outros tempos, tempos nossos!



*Ellen é secretária-geral do SINJUSC, integrante do Coletivo Valente e do Coletivo de Negras e Negros do Judiciário Catarinense – CNNJ. Poetisa. Doutora em Serviço Social pela UERJ



É tempo de ter tempo

Por Cris Claudino*

Toda vez que você escolher o novo, o velho vai tentar negociar a permanência. Não aceite o convite, pois você já partiu.
(Eric Barros)

Relendo os poemas sagrados das minhas origens, olhei para aquela menina que ainda mora dentro de mim e lembrei que o ócio, substantivo masculino, recebeu o carimbo de proibido para menores de dezoito anos. A mesma idade em que conheci a vida acadêmica. Mas já transitava pelo mundo do trabalho assalariado e não assalariado desde sempre, no cotidiano de única filha mulher dos cinco que a mãe costureira criou sozinha. Entre as múltiplas tarefas, a menina magrela e curiosa se deixou seduzir por letras e ritmos, no canto e encanto pela vida, embalada por Nietzsche, na certeza que “a vida sem música seria um erro”.

No mesmo movimento nostálgico, brotou em mim a vontade confessada, por anos consecutivos, aos que amo: *quando me aposentar, serei dona do meu tempo, vou chupar tangerinas e ouvir Djavan até cansar.*

Sem muitas explicações, o tempo foi apressado. Acho que desde cedo entendi que também era fã de Belchior porque “tenho pressa de viver”. Assim foi com estudos, casamentos, rompimentos, filhos. Sempre fui a caçula da turma, que desafiava a idade e os novos ciclos.

Nem sei se tinha maturidade para enfrentar a profissão que escolhi. A dúvida só não é maior que a grandeza do acerto.



No auge dos meus vinte anos, o Serviço Social me desafiou a atender crianças, adolescentes e suas famílias. Grupos em grandes proporções monoparentais, chefiados por mulheres que embalaram a prole e tantas lutas, miúdos do cotidiano que me levam a pensar se não foram narrados por Carolina Maria de Jesus ou Conceição Evaristo. Ah, Chico que me perdoe, mas mirem-se nesses exemplos as mulheres de Atenas.

Assim, crianças, adolescentes, suas mães e um punhadinho de pais, seguimos juntas por mais de três décadas, num pacto de lealdade que nunca rompemos. Nem sei afirmar se escolhi ou fui escolhida por elas e eles. Fidelidade virou palavra de ordem. Tomei impulso nos escritos de Ferreira Gullar: “O canto não pode ser uma traição à vida. E só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não tem voz”.

Só sei que meu canto (corpo, alma, coração) virou instrumento para defender direitos daquelas que, desde os primeiros dias de vida, conheceram a violência, a privação de liberdade e a omissão do Estado. Sim, me juntei a muitas, uma legião para fortalecer a luta, exigir e reafirmar que ocupam o lugar de prioridade absoluta, em condição peculiar de desenvolvimento. E para ser a voz de crianças mudas telepáticas, meninas cegas inexatas, mulheres com rotas alteradas, descritas por Vinicius e cantadas por Ney.

Sempre foi um misto de militância, rebeldia e afetos, alinhadas às frases poéticas de Gonzaguinha: “Quando eu soltar a minha voz, por favor, entenda, que, palavra por palavra, eis aqui uma pessoa se entregando, coração na boca, peito aberto, vou sangrando,

O companheiro Mujica me convenceu a não vender mais tempo de vida “porque a vida não é só trabalhar”.

são as lutas dessa nossa vida que eu estou cantando”.

Num piscar de olhos, o Tempo Rei de Gil apresentou a possibilidade de pausar algumas coisas e escolher outras. É tempo de me aposentar, e então sentaram em meu colo dúvidas, medos e inseguranças. E agora, como romper com a lógica capitalista que impõe a necessidade de produzir, ser útil, aumentar o poder de compra e de ser explorada? As reformas e os desmontes de direitos trabalhistas me colocaram no patamar das sem paridade e integralidade, forçadas a trabalhar até que o corpo e a mente desistam.

Além de Djavanear e Caetaneir, foi necessário Mujicaneir, e o Mestre, com sua simplicidade, sabedoria e amorosidade me acalmou. O companheiro Mujica me convenceu a não vender mais tempo de vida “porque a vida não é só trabalhar. Tem que se deixar um bom capítulo para as loucuras que cada um tem”. E as crianças, adolescentes e suas mães? Renovei os votos de cumplicidade amorosa e seguirei gritando por e com elas em outros espaços enquanto voz tiver.

A chegada de julho anunciou o tempo de ter tempo. Tive sorte: é a estação preferida para as tangerinas se exibirem. E, assim, sentada na varanda com

uma bacia das cítricas preferidas que perfumaram e alaranjaram a tarde, permiti que as palavras de Pepe sussurrassem nos meus ouvidos, embaladas pelos arranjos de Djavan, sem pressa, sem o compromisso de bater o ponto.



*Cris é membro do Coletivo Valente. Assistente Social/TJSC aposentada. Dona do seu tempo



Mães invisíveis

Por Micheline Zolet* e Amanda Carla**



Inspirada na sabedoria de Clarice Lispector, que diz: "Depois do medo vem o mundo", eu acrescento que após o medo e o mundo, surgem as mães atípicas. Entende-se por mãe atípica aquela que dedica-se a um filho com deficiência, condição rara, neurodivergência ou transtorno que exige atenção diferenciada e um envolvimento parental intenso e singular.

A jornada da mãe atípica é, muitas vezes, exaustiva. Quando carece do apoio paterno ou de uma rede de suporte sólida, o desgaste se torna imenso, especialmente se há também uma jornada externa de trabalho que explora o tempo. Essa realidade, que um dia foi a minha, hoje é diferente.

Tenho dois filhos autistas. Com minha filha, que hoje tem 30 anos, enfrentei a maternidade quase sozinha, conciliando trabalho e estudos, com uma rede de apoio limitada aos meus pais. Apesar dos desafios, ela cresceu com autonomia e conquistas que me encham de orgulho.

Também sou mãe de um menino autista de 11 anos, nascido em um contexto distinto. Conto com a presença ativa e comprometida do pai e uma rede de apoio fortalecida. Decidi ser mãe atípica em tempo integral, sem emprego formal ou jornada definida, uma escolha familiar. A maternidade atípica vai muito além do apoio escolar; ela exige responsabilidade, escuta, carinho e uma imensa dose de paciência e flexibilidade — tudo isso deve ser partilhado.

Contudo, a realidade de muitas mães atípicas é uma jornada solitária e extenuante. A dedicação incessante a terapias, consultas, adaptações rotineiras e cuidados contínuos ocupa todo o tempo. A ausência de um

"O caso de Sônia, um entre muitos, escancara as estruturas que sustentam o racismo e o capacitismo no Brasil".

pai que compartilhe as tarefas domésticas e a criação dos filhos sobrecarrega a mãe, gerando não apenas desgaste físico e emocional, mas também uma profunda sensação de solidão e injustiça. Sem parceiro ou rede de apoio, essas mães não têm tempo para si, para descansar ou cuidar da própria saúde, permanecendo presas exclusivamente ao papel materno.

A redução da carga horária para servidores públicos com filhos que demandam atenção especial, embora um avanço, não garante a participação efetiva e a partilha genuína das responsabilidades, cuidados, escuta e atenção para com os filhos. Essa medida, por si só, não aborda o cerne da questão: a necessidade de um compromisso real com a corresponsabilidade. O fim da escala de trabalho 6x1, por outro lado, surge como uma possível solução para o dilema entre a redução de horas e a real diminuição dos dias trabalhados, permitindo uma vida além do trabalho para além dos trabalhadores públicos. Isso possibilita um compartilhamento mais justo da rotina familiar, do cuidado com a casa e da própria experiência de ser, resultando em significativo ganho de qualidade de vida e apoio mútuo, promovendo uma criação mais autônoma para todas as crianças.

Aos 50 anos, fui surpreendida com meu próprio diagnóstico tardio de autismo. Essa revelação me trouxe uma nova perspectiva sobre a face oculta do racismo e do capacitismo. Ao estudar histórias semelhantes, constatei como os instrumentos de avaliação do Transtorno do Espectro Autista (TEA) falham, propositalmente ou não, em identificar mulheres no espectro, especialmente mulheres negras. Isso se deve à performatividade que as mulheres são socializadas a adotar para serem aceitas na sociedade: dóceis, belas e assertivas. Nossas características e estereótipos são abafadas, controladas, treinadas para não se manifestarem.

Parece que a vida das mulheres é um problema em si: na sociedade, na religião, na ciência, nas instituições, nas relações — todas nos colocam em último plano. Nossas dores e questões de saúde são frequentemente invisibilizadas, historicamente estudadas e tratadas por homens. Só recentemente conquistamos o direito de estudar, votar e trabalhar. No entanto, para as mulheres negras, o trabalho nunca foi novidade. Desde o sequestro de nossas ancestrais, nossa força de trabalho foi e é explorada no Brasil e no mundo, independentemente de sermos vistas como humanas.

A humanização de pessoas não-brancas é um processo recente e ainda parcial em nossa história coletiva. Para grande parte da sociedade, não somos vidas passíveis de luto. Toda sorte de violências pode recair sobre nós, sendo classificadas como meros "casos isolados". Meu diagnóstico tardio de autismo é, sim, um reflexo direto desse sistema que falha em reconhecer plenamente minha humanidade, meu modo de ser e estar no mundo.

Minha maternidade atípica me leva a refletir sobre a dor de Dona Deolina Ana de Jesus, mãe de Sônia Maria de Jesus. Sônia, uma mulher negra e com deficiência, foi levada na infância sob pretexto de cuidado e nunca mais retornou. Dona Deolina passou a vida buscando a filha e morreu sem saber seu paradeiro. Hoje, Sônia, com mais de 50 anos, vive por décadas em uma situação análoga à escravidão, submetida a trabalho desumanizado, sem descanso, sem salário justo, sem direitos – uma jornada de 24 horas por dia, sete dias por semana, na casa de um jurista especialista em Direito do Trabalho.

Quantas negligências as mulheres negras ainda precisarão sofrer em suas vidas em sociedade para serem vistas, ouvidas e tratadas como pessoas, sujeitos de direitos, e terem suas questões de saúde investigadas com o devido rigor e dedicação?

O caso de Sônia, um entre muitos, escancara as estruturas que sustentam o racismo e o capacitismo no Brasil. Por que sua vida não é tratada com a mesma importância? Por que o Judiciário nega seus direitos? Por que, mesmo após denúncia, ela foi devolvida ao opressor? Afinal, que vidas importam?

Pensar na desigualdade da nossa sociedade, em Sônia, é repensar a minha maternidade atípica e também, pensar no sentido do trabalho, no tempo que nos é roubado, espoliado e que gera lucro para apenas um por cento da nossa sociedade, onde a elite dos funcionários públicos fazem parte. Uma sociedade tão rica e tão miserável na sua distribuição de renda e serviços públicos com qualidade, isso me atravessa.

No Brasil, a carga horária para um salário mínimo varia

conforme marcadores sociais como ser mulher, ser negra, ter deficiência ou acesso ao ensino superior. A vida das mulheres negras é o retrato extremo dessa lógica perversa.

O fim da escala 6x1 e a taxação das grandes fortunas, apontam possíveis saídas amenizantes para o dilema, entre a redução da carga horária e o tempo real de convivência com nossos filhos, especialmente para mães atípicas, cujas jornadas vão além do visível ou mensurável. Mas essas mudanças alcançam mulheres como Sônia? Mães como Dona Deolina serão, um dia, amparadas por uma justiça que enxergue suas dores e histórias? Minha maternidade, meu laudo e minha existência também são atravessados por invisibilizações. Sigo questionando: quais vidas são consideradas dignas de cuidado, de escuta e de justiça?

Este texto não obedece à gramática – ele escapa. É livre, como quem escreve com a alma entreaberta. Não é acadêmico, nem pretende ser. É amador, sim – no sentido mais puro: feito por amor, com tropeços de quem sente mais do que sabe. Escrito em estilo livre e a quatro mãos, por mim e por minha filha. As referências que surgem ao longo do texto são fruto de algumas entre tantas leituras feitas em família, dentro do nosso lar. São vozes, ideias e experiências vividas que nos atravessam e moldam a maneira como vemos, compreendemos e praticamos o mundo, que no nosso pensar, não pode ser dicotomizado e separado em áreas de saberes isoladas, sem a presença humana demasiadamente humana, que se materializa na interseccionalidade dos saberes que

realizam todas as atividades para que a vida se sustente em sociedade, no coletivo, no plural e que tem por base, vidas de mulheres negras.



*Micheline é mãe em tempo integral, filha, companheira, fotógrafa amadora por paixão, técnica de enfermagem por sustento, bombeira comunitária por um bem viver no meu território - eu sou porque nós somos - UBUNTU!

**Amanda é filha em tempo integral, estudante de Psicologia/UFSC, estudante de astrologia e tarô, estudante da vida e amante em noites de lua cheia



Reduzir a jornada para caber a vida inteira

Por Jaqueline Maccoppi*

Sou mãe. Sindicalista. Trabalhadora do Judiciário. E, de quebra, uma mulher que dorme pouco, pensa demais e tenta não esquecer de colocar um lanchinho na mochila da filha de 7 anos toda manhã. Essa é uma introdução possível para quem vive – na prática e na pele – a sobrecarga que parece nunca sair de moda. Não estou só. Somos muitas.

Na minha trajetória como dirigente sindical no **SINJUSC** – um sindicato com uma gestão atualmente diversa e majoritariamente feminina – percebo todos os dias como as pautas das mães ainda são marginalizadas dentro das próprias estruturas de luta. E não é porque falte sensibilidade entre os colegas. Mas porque, para perceber certas

dores, é preciso senti-las.

Defender uma jornada de trabalho menor é uma das pautas mais urgentes para essas mulheres. Com a intensificação das tecnologias, não dá nem pra dizer que temos dupla ou tripla jornada. Temos uma jornada só, mas que é contínua e inseparável da vida pessoal: é participar de reunião com a câmera fechada enquanto dá janta pros pequenos; é alguém te chamando de “mamãe” 19 vezes enquanto você tenta concluir uma demanda; é dormir pensando em tudo o que precisa preparar no dia seguinte e acordar já esquecendo de alguma coisa, porque a notificação da mensagem do teu chefe tirou toda a sua atenção. E, claro, ainda precisamos nos justificar por não conseguir estar em todas as confraternizações ou por ir embora de fininho, porque talvez poucos entendam que, nós, mães, quando chegamos em casa, ainda temos mais um resto da jornada pela frente (banho, tarefa escolar, preparar uniforme, brincar, etc.).

Eu mesma já estive em muitas reuniões com a câmera desligada e minha filha dormindo no meu colo. Já participei de encontros nacionais com a alma presente e o corpo dividido entre a pauta do dia e a preocupação com quem vai buscar a menina na escola. Já chorei em silêncio dentro de um avião, indo para mais um congresso longe de casa, sabendo que minha filha chorou quando eu sai pela porta.

Sim, eu viajo. Bastante. Acompanho de perto as comarcas de todo o estado de Santa



Catarina, converso com colegas, escuto angústias, levo pautas e trago outras de volta. Faço isso com paixão e compromisso, mas isso também tem um custo: minha ausência em casa, a saudade apertada, a culpa que se instala mesmo quando você sabe que está fazendo o certo. Porque, ao fim do dia, sou só uma mãe tentando mudar o mundo sem deixar o mundo da minha filha desabar. E essa não deve ser, nem de perto, a jornada mais pesada. Mas ela é comum.

E sim, já me senti culpada. Porque a culpa é parte do kit maternidade que entregam junto com a certidão de nascimento.

Mas também me senti (e sinto) muito determinada. Porque estar onde estou, sendo quem sou, é também um ato político.

Nos sindicatos, como em tantos outros espaços de poder, os rostos ainda são majoritariamente masculinos, cis, brancos e sem filhos pequenos a tiracolo. E isso importa. Importa porque quem pauta são eles. Quem negocia, geralmente, também são eles. E quando você é a única mãe de criança pequena numa direção sindical, você vira uma espécie de representante de todas as mães trabalhadoras da base. É uma responsabilidade gigante – e invisível – ao mesmo tempo.

Essa minha pequena caminhada como mãe sindicalista, até aqui, foi possível porque há uma pretensão e um esforço dos demais dirigentes em compreender as especificidades da vida de uma mãe – o que ainda é raro dentro dos sindicatos. E isso é importante, porque me permite levar às negociações aquilo que é vivido por tantas mulheres da nossa base que também são mães e enfrentam a sobrecarga diariamente.

Estar aqui, com tantas outras mulheres incríveis, me permite perceber que estamos abrindo caminhos. Aos poucos, vamos dizendo em alto e bom som: "não dá mais para ignorar o tempo das mães". Não dá mais para fingir que é possível uma pauta trabalhista sem considerar a vida real das trabalhadoras. E é preciso, aqui, incluir as mães sindicalistas, que definitivamente entendem a importância das pautas maternas – não por teoria, mas por vivência.

É por isso que a **redução da jornada de trabalho das mães trabalhadoras** é uma pauta urgente. Para que possamos trabalhar e viver. Trabalhar e cuidar. Trabalhar e respirar. Trabalhar e lutar!

Só não dá mais para aceitar que continuemos fazendo mágica pra dar conta de tudo – e isso continue sendo exigido como se fosse natural.

Aliás, natural é a exaustão. E ela tem gênero, tem cor e tem classe.

Então sim, é preciso lutar por uma jornada menor. Mas é preciso também mudar quem está falando sobre isso. Precisamos de mais mães sindicalistas, mais mulheres negras nas mesas de negociação, mais vozes dissidentes ocupando espaços que historicamente não foram feitos para nós. Não é sobre inclusão por benevolência. É sobre sobrevivência. É sobre representatividade real, com suas mochilas escolares, suas marmitas e suas olheiras de quem dormiu mal porque o filho teve pesadelo.

E olha, a gente segue. Entre uma febre e uma assembleia. Entre um brigadeiro improvisado e um discurso num encontro de trabalhadoras. A gente segue porque sabe que essa luta é coletiva – mas precisa

ser também acolhedora.

Se a pauta da redução da jornada não carrega em si a perspectiva da maternidade, da parentalidade, do cuidado e da vida concreta das mulheres trabalhadoras, ela perde o sentido. Reduzir a jornada não é sobre trabalhar menos por preguiça. É sobre trabalhar de forma justa, humana, viável. E é também sobre garantir que as mães possam participar da vida sindical sem precisar abrir mão de ser mãe. E que os sindicatos não percam a chance de ouvir quem tem muito a dizer – mas, às vezes, precisa sair no meio da reunião porque a escola ligou.

E se for para escolher entre uma reunião às 20h ou o dever de casa de matemática, eu escolho o dever de casa. Porque a matemática da vida me ensinou que tempo com quem a gente ama é um recurso não renovável.

Que possamos, então, lutar por jornadas mais curtas, para que a vida – essa grande, barulhenta e bonita bagunça – possa caber inteira no nosso dia.



*Jaqueline é mãe da Sofia, Dirigente sindical do SINJUSC, Técnica Judiciária Auxiliar, e Mestra em Direito pela UFPR



O tempo nos faz e o que fazemos com ele nos define

Por Valfrida de Oliveira*

“Existe um senhor chamado tempo que me ensina tudo sobre as voltas da vida, sobre o momento de cada coisa e o lugar de cada um, sobre as dores que não menciono, as cicatrizes que me

tatuam e as alegrias que chegam ao final de cada ciclo. Ah, tempo, tempo... poeta tão bonito, compositor do meu destino! Não persigo seus versos, tu que me encantas com suas lições.” (Rosi Coelho).

Muitas vezes, falamos que as 24 horas dos nossos dias não são suficientes para realizar as atividades diárias. Esse mundo frenético que vivemos apresenta tantos estímulos que, se quisermos utilizar todos eles, essas 24h não darão conta. O ideal é separar um bom momento do nosso dia para desligar desses estímulos e realizar algo que realmente preencha a nossa alma, seja qual atividade for, mesmo que para ficarmos parados apreciando algo. Ter um tempo só nosso é fundamental.

Podemos transformar nosso tempo em memórias inesquecíveis, construir laços duradouros, nutrir o coração e fortalecer relações. Não é sobre quantidade de horas, e sim sobre intensidade da vida: um olhar atento, uma conversa sincera ou uma risada compartilhada. Não dedique tempo às coisas ruins que machucam, ferem, adoecem. Use-o de forma prazerosa, que traga alegria, boas lembranças, registre bons momentos. Tempo de qualidade é estar presente, é ouvir com atenção, com interesse. É criar momentos de conexão com as pessoas ao seu redor ou com a atividade que se está realizando. Tempo de qualidade reduz estresse, aumenta a felicidade, ajuda no autoconhecimento.

Não é possível aumentar as 24 horas de um dia, mas entender a importância do tempo de qualidade para a nossa saúde e qualidade de vida é fundamental. A forma como



utilizamos o nosso tempo diz muito sobre nós como também sobre a valorização que damos às pessoas que nos cercam. A música Tempo Rei, de Gilberto Gil, nos chama a atenção de que a vida é transitória e precisamos buscar sabedoria e adaptação diante das forças do tempo.

Corremos desde a tenra idade, tudo tinha pressa: escola, trabalho, família, filhos, etc. Nos era exigido correr pra dar conta da vida (nossa e de quem “dependia” de nós).

A aposentadoria nos traz um fôlego. É momento de viver, viver intensamente, de modo que nos traga prazer, tranquilidade e paz, sem esquecer que ainda estamos vivos e temos direitos. Direito de amar e ser amados; viajar; passear; descansar; administrar nossas vidas, como e onde vamos usar as nossas economias. Qualidade de tempo refere-se ao momento dedicado com plena atenção ao nosso bem estar a algo que gostamos ou julgamos importante, como por exemplo, alimentar-se, ficar entre amigos, familiares, assistindo um filme, caminhando e apreciando a natureza, sem mexer ou ficar conferindo mensagens no celular. Aliás, este é um grande inimigo da nossa qualidade de tempo, que interfere diretamente na nossa qualidade de vida. É nos dedicar ao que propomos fazer naquele momento, viver intensamente o instante, observar ao nosso redor. Prestar atenção aos aromas, textura das coisas, apreciar o sabor, o aspecto dos alimentos e bebidas que ingerimos. E isso se faz necessário diariamente, em qualquer fase das nossas vidas, uma vez que as lembranças sensoriais tendem a ficar em nossas mentes, melhorando nossa saúde física, mental e emocional. Sabemos que tempo de qualidade é questão de saúde

e é essencial. Nem sempre conseguimos alcançar essa necessidade com a frequência desejada, porém não podemos deixar que esses momentos frustrem nosso objetivo que é viver bem.

Sem abrir mão da sua rotina, tenha um hobby, pratique uma atividade saudável e prazerosa. Pode ser exercício físico, leitura, meditação, participar do seu sindicato, da associação de moradores do seu bairro, de algum grupo da sua cidade. O importante é se sentir útil, realizada(o) e manter a mente e o corpo em plena atividade. Veja isso como algo importante. Não marque nada no mesmo horário e se empenhe para que, naquele momento específico, você vivencie melhor essa experiência. Pratique a escuta ativa; esta técnica é importante para ter um tempo de qualidade com os amigos e familiares: seja presente, ouça com atenção o que a outra pessoa fala. Isto evita frustração pela falta de escuta, atenção e compreensão. Além de dificultar a conexão emocional, nada é mais chato do que falarmos e não sermos ouvidos pelo nosso interlocutor. Uma bela e reflexiva frase de José Saramago diz: “não tenha pressa, mas não perca seu tempo”. No momento que entendermos o verdadeiro significado desta frase, tornaremos nossas vidas mais tranquilas e prazerosas.

Diante disso tudo, podemos concluir o quanto é essencial decidir o que fazer com o tempo que nos é proporcionado. A vida é o aqui e o agora, mas as escolhas feitas aqui e agora afetarão o amanhã e o depois. Para os jovens, a vida é o futuro. Para os idosos, é o passado. Podemos dizer que o tempo é a moeda da vida e nós é que decidimos como e com o que gastá-lo. “Se você quiser cortar uma árvore na metade do tempo, passe o dobro do tempo amolando o

machado.” (Provérbio Chinês).

Vou transcrever um trecho da música da Pitty, intitulada Semana Que Vem, que muito me intriga.

*Esse pode ser o último dia de nossas vidas
Última chance de fazer tudo ter valido a pena
Diga sempre tudo que precisa dizer
Arrisque mais pra não se arrepender*

*Nós não temos todo o tempo do mundo
E esse mundo já faz muito tempo
O futuro e o presente já passou
O futuro é o presente e o presente já passou.*



*Valfrida é TJA aposentada, pela comarca de Criciúma. Graduada em Administração. Secretária de Aposentados do SINJUSC e liderança do Coletivo Valente e da Gestão do Núcleo de Aposentados e Pensionistas (NAP)



Na disputa pelo tempo, quanto cabe às mulheres negras?

Por Maíra Vitório Martinho*

O conceito 8 horas de trabalho, 8 horas de lazer, 8 horas de descanso (*8 hours labour, 8 hours recreation, 8 hours rest*), criado por Robert Owen

ainda no início do século XIX, já abarcava a necessidade do bem viver, das horas de qualidade e diversão e do descanso mínimo necessário para um

trabalhador desempenhar com qualidade as suas tarefas.

No Brasil, devido às reivindicações dos operários, as primeiras normativas a respeito do tema vieram em 1932, no governo Getúlio Vargas, quando, por meio de decretos, ficou estabelecido, para os trabalhadores urbanos, o turno máximo de 8 horas diárias, jornadas noturnas limitadas a 7 horas e um dia de folga na semana, preferencialmente aos domingos. Esses ganhos foram consolidados em 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que também implementou o teto de duas horas-extras diárias e o direito às férias remuneradas de 30 dias. Em 1988, com a Constituição Federal, o trabalhador recebeu o benefício do limite de 44 horas de trabalho semanal.

Você deve ter reparado que até o momento todos os substantivos deste texto estão se referindo ao gênero masculino. Isso ocorre não por descuido ou generalização. A escolha foi feita exatamente porque os beneficiários das políticas citadas foram homens. Mesmo sabendo dos registros de que mulheres trabalhavam em fábricas e comércio muito antes das citadas leis — e, inclusive, lutaram ativamente por estas conquistas — nenhuma dessas mulheres obteve a redução da jornada de trabalho como benefício para uso próprio. Ou você consegue imaginar uma mulher, no século XX, desfrutando de oito horas de pleno lazer?



Você conhece alguma mulher que consegue desfrutar de oito horas de lazer e oito horas de sono? Porque eu não tenho nenhuma dúvida de que todos conhecem inúmeras mulheres que cumprem suas oito horas de trabalho. Mas como denominamos as “obrigações” não remuneradas?

A ideia 8/8/8 é excelente na teoria. Mas, na prática, o dia continua com as mesmas 24 horas e entre as tarefas se somam o deslocamento até o trabalho, levar e buscar os filhos na escola, preparar as refeições (e comer, é claro), higiene pessoal, cuidados da casa. Isso para citar a rotina mais básica de qualquer pessoa (ou qualquer mulher?). Podemos citar, como luxo, ajudar os filhos com dever de casa, fazer atividade física, estudar/fazer um curso. Ainda nem chegamos na etapa do lazer e já não consigo contabilizar as oito horas de sono todos os dias.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mulheres dedicam, em média, 10 horas a mais do que os homens em trabalhos domésticos e em cuidados não remunerados.

Vivendo em um sistema capitalista, quando não se tem tempo para tudo, a última coisa que as pessoas abrem mão são das suas 8 horas de trabalho. Até porque ninguém consegue dormir ou relaxar com as contas atrasadas e necessidades acumuladas.

A partir desse contexto, chegamos em 2025 tendo como uma das principais pautas da luta das trabalhadoras e trabalhadores a redução da jornada de trabalho. Além dos fatos já citados com base na rotina da classe trabalhadora, há pesquisas que comprovam que não há prejuízos à produtividade, como

teme a classe empresarial. Os experimentos com jornadas reduzidas vêm apresentando excelentes resultados, segundo matéria publicada pela Exame.

Entretanto, se faz necessário também o recorte de gênero e raça. Como nos mostra Angela Davis em seu livro “Mulheres, Raça e Classe”, a mulher negra é a base da pirâmide social e sofre cumulativamente os efeitos do machismo e do racismo, além dos enfrentamentos de classe. Ao passo que a mulher negra enfrenta todas as dificuldades das mulheres brancas, somam-se os desafios causados pelo racismo, que não atingem as companheiras brancas. Da mesma forma, a mulher negra enfrenta o machismo, que é um atravessamento não experimentado por homens negros.

Nessa encruzilhada, temos dados, conforme pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (2023), de que há, no Brasil, cerca de 11 milhões de mães solo, das quais 72,4% residem apenas com seus filhos, sem rede de apoio. Entre os anos de 2012 a 2022, o aumento do número de mães solo foi de 1,7 milhão, sendo que as mulheres negras representam 90% desse número.

Uma pesquisa do Ipea (2022), disponível no portal com o título “Retrato das Desigualdades: 21,2% das mulheres negras ocupadas não conseguem contribuir para a Previdência”, retratando as horas de cuidados não remunerados, mostra que mulheres chegam a trabalhar até 13 horas semanais a mais do que homens na mesma faixa de renda domiciliar (1/4 do salário mínimo é o caso mais desfavorável); e cruzando informações de gênero e classe, temos a diferença de 17 horas semanais (mulheres mais pobres X homens mais ricos).

Entendendo que os casos citados apenas exemplificam e não esgotam as disparidades geradas pelo machismo sistêmico e pelo racismo estrutural em nossa sociedade, a redução da jornada de trabalho se faz urgente para as pessoas de baixa renda, pessoas negras, mulheres brancas e se faz urgentíssima para mulheres negras.

É dever do Estado a garantia da equidade, da isonomia, da igualdade racial e de gênero. A redução da jornada é necessária para que todos e todas tenham Vida Além do Trabalho. Para que, quando estejam desempenhando suas funções, tenham condições de entregar todo o seu potencial. E que, juntamente a isso, continuemos na luta pelo fim do machismo, do racismo e todas as formas de opressão geradas pelo capitalismo.



*Maíra é engenheira civil e integrante do Coletivo de Negras e Negros do Judiciário e do Coletivo Valente



A redução da jornada como uma forma de cuidado de si

Por Dinara Joana Orlandi Pasa*, Haydée Fernanda Loppnow** e Josiane Censi***

Ao falar sobre a redução da jornada de trabalho, somos levadas a refletir sobre o tempo: o que representa, como nos relacionamos e o que queremos dele. A que serve o nosso tempo? Será que é nosso? Se o tempo é uma composição de momentos, como temos escolhido compor a vida? Será que temos essa escolha?

Estas provocações antecedem a discussão sobre redução da jornada de trabalho, pois pensar sobre o tempo nos leva a questionar quais são nossos desejos reais. Enquanto mulheres, mães, trabalhadoras do judiciário, pessoas, o que desejamos viver? Do que é que gostamos nessa vida? Qual desejo antigo ou recente nos habita? Antes de pensar em "soluções", temos de pensar no que sustenta e motiva a busca/luta e, para isso, as perguntas são necessárias.

Às vezes, tememos desejar ou mesmo olhar para o que, verdadeiramente, gostaríamos de viver. Não fomos autorizadas a querer, a desejar, pois antes do que queremos vem a vontade dos outros (filhos/as, companheiros/as/es, familiares, trabalho). Relegamos um possível desejo para quando tivermos atendido às demandas externas e, então, "se der tempo", faremos por nós. Além disso, o controle patriarcal aliado ao capitalismo desautoriza a possibilidade de escolha do que fazer ou não com o tempo de vida. Afinal, todas as áreas são preenchidas com deveres e produtividade.

"O nosso valor enquanto seres sociais não pode ser exaltado somente levando em conta nosso prestígio dentro do trabalho "

Nesta toada, o trabalho afetivo é considerado um trabalho imaterial que nos exige dedicação temporal, emocional e financeira. Não há uma forma de mensurar o quanto despendemos nesse trabalho entre os cuidados familiares e em todas as nossas relações. De maneira superficial, no dia a dia, sequer pensamos nisso, porque consideramos toda essa dedicação uma forma de demonstrar amor, unicamente amor. Somente quando nos deparamos com uma relação interpessoal mais densa e que exige cuidados especiais, esses questionamentos aparecem.

Conciliar o trabalho remunerado com esse trabalho imaterial e não pago é uma tarefa poderosa e cansativa que as mulheres administram diariamente. Refeições, atividades, leituras, estudos, grupos, reuniões e atribuições domésticas.

A experiência que temos dentro dos nossos locais de trabalho é de colegas muito

comprometidas com as atividades, realizando horas extras regularmente, fazendo serviços que não competem ao cargo para o qual estão designadas, às vezes até atuando em disfunção e sem o recebimento de salário adequado ou reconhecimento.

Entre nós, férias, folgas de plantão e licenças-prêmio acumuladas preenchem as imensas fichas funcionais. Possuímos direito a afastamentos que nunca se realizarão.

Por vezes, cometemos o solecismo de sair em férias para realização de procedimentos médicos e/ou cirúrgicos, quando, na verdade, o afastamento deveria ser coberto por licença para tratamento de saúde. Aliás, atestados médicos não costumam ser bem-vistos e são evitados. A consequência: servidoras que trabalham adoecidas ou adoecendo. Sim, o trabalho adocece.

Trabalhamos em jornada ininterrupta de sete horas e geralmente iniciamos ao meio-dia, conforme o expediente externo do poder judiciário catarinense. Desta forma, quando nossas famílias estão disponíveis para almoçar, nós não estamos mais em casa. Nossa manhã já começou bem cedinho e, assim, ficamos privadas de compartilhar o almoço diário com aqueles com quem convivemos.

Outrossim, para estar ao meio-dia posicionadas na estação de trabalho, precisamos

contabilizar o deslocamento. Nas grandes cidades, o trânsito nos toma preciosos momentos dessa manhã falsamente livre para chegar ao local de trabalho. Em nosso caso, essa jornada "in itinere" não é contabilizada. Nunca foi.

É pensando nessa falta de tempo que a diminuição da jornada se coloca como uma alternativa de implementar uma efetiva qualidade de vida aos trabalhadores e trabalhadoras do poder judiciário, objetivando a redução de doenças decorrentes de um desempenho contínuo, sem intervalos previamente programados e extenuantes.

Uma pesquisa realizada no ano passado e veiculada no site do Senado Federal mostra que, na opinião da maioria dos trabalhadores (54%, ou 92,1 milhões de brasileiros), uma carga horária menor iria melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e que isso ocorreria principalmente por afetar positivamente a saúde mental das pessoas.

Neste sentido, constatamos cada vez mais adesão a campanhas como a que pede o fim da escala 6x1. Segundo matéria publicada no site da Carta Capital, quanto mais jovens, mais as pessoas têm demonstrado valorização da vida cotidiana, defendendo que a produtividade das pessoas não deve ser medida de acordo com a quantidade de horas e dias que ela suporta o trabalho, e sim o quanto ela está desenvolvendo-o com satisfação, afinco e concentração.

O nosso valor enquanto seres sociais não pode ser exaltado somente levando em conta nosso prestígio dentro do trabalho e o cumprimento dele numa carga horária rigorosa. Acreditamos que para nos tornar seres desejantes é necessário usufruir de certo tempo livre.

"Acreditamos que para nos tornar seres desejantes é necessário usufruir de certo tempo livre."

O caráter social transformador da redução da carga de trabalho pode estar, justamente, neste intervalo de tempo em que poderemos nos realizar pessoalmente e em nossas subjetividades, potencializando as relações interpessoais e exaltando o trabalho imaterial, tão desvalorizado em nossa sociedade capitalista.

Nossa formação está tão eivada de pré-conceitos que se torna quase impossível se perguntar: e se ninguém julgasse as minhas escolhas ou condenasse o meu comportamento, o que eu escolheria viver?

Nossa provocação é para pensar como a redução da jornada de trabalho nos daria a possibilidade de sonhar. Especialmente a nós, mulheres, não é autorizado desejar, ter hobbies ou descanso, além da culpa constante se não estivermos correspondendo às demandas dos outros. É importante questionar nossos desejos, daquilo que queremos viver, para, então, conseguir caminhar sustentando isso. Quando falamos da redução da jornada de trabalho, saber ou, ao menos, imaginar o que gostaríamos de fazer com o tempo, ajuda a manter a direção e sustentar os passos.



*Dinara é servidora efetiva na Comarca de Chapecó, psicóloga e artista no projeto "Ler Elas"



**Haydée é analista jurídica na Comarca de Tijucas



***Josiane é TJA na Capital e participa do grupo feminista 8M



A roupa se lava sozinha

Por **Carolina Rodrigues Costa**

Trabalhadora do TJSC e presidenta do SINJUSC



Eu imagino uma cena assim: uma mulher na beira de um rio, torcendo os lençóis de uma família abastada. Antes, naquela mesma manhã, ela já havia esfregado as roupas de sua própria família. O mundo para. Abre-se uma tela à sua frente, bem ali, em cima do rio. Música, gente dançando, uma espécie de caixa grande que treme, faz barulho e lava a roupa. Nada faz muito sentido, mas a mulher vê a mágica acontecer na frente de seus olhos: a máquina lava roupa sozinha. O homem de dentro da tela promete em tom solene:

— Agora vai sobrar tempo pra ser feliz!

E, num ritmo crescente, distópico, difícil de ser processado, assimilado, compreendido, muitas telas são abertas nas nossas caras todos os dias na promessa de uma nova invenção que vai nos devolver o tempo necessário para viver. Ora, viver, a gente sempre vive! Viver é o espaço que tem antes da morte, viver é tudo e é finito. Mas, agora, viver virou principalmente um prêmio que só pode ser comprado. E há muita coisa a ser comprada. O homem da tela explica com ares de sabedoria:

— Viver precisa de tempo! Recupere o tempo perdido, deixe que a tecnologia trabalhe para você. Conheça o nosso novo aspirador robô que funciona com inteligência artificial!

São tantas as “máquinas de lavar roupa” que já foram inventadas depois da invenção da máquina de lavar roupa que parece inacreditável o fato de ainda não ter sobrado um tempo para ser feliz. E a gente olha com desconfiança *pro homem da tela* pra, logo, ouvir a explicação didática de que tudo custa dinheiro.

— Não tem dinheiro? Mas

"Qual tem sido o tempo médio de vida de quem sempre viveu trabalhando ao longo dos tempos?"

que coincidência, também o teu tempo vale dinheiro. Mais um pouquinho do teu tempo pra ganhar mais moedinhas, pra juntar uma graninha, pra comprar um produtinho, pra sobrar mais um tempinho, pra resgatar a tua vidinha. E se trabalhar mais um tantinho, eu posso te dar aquela roupa, aquela massagem, aquela viagem ou qualquer outra experiência exclusiva pra “gente diferenciada”.

O *homem* da tela explica tudo com voz mansa, preocupado em oferecer todas as oportunidades. Parece bom e sincero. A nossa vida é finita, mas a vida que o capitalismo pode vender não tem fim.

Mas ninguém vai resgatar vida nenhuma porque a classe trabalhadora sempre viveu e morreu trabalhando. Eu pergunto: que tempo de viver os trabalhadores tiveram até aqui? Qual tem sido o tempo médio de vida de quem sempre viveu trabalhando ao longo dos tempos? Em que momento da História as mulheres da classe trabalhadora não tiveram que fazer frente de maneira concomitante aos trabalhos de cuidado e sustento?

Ninguém vai nos devolver o que nunca tivemos! A grande questão é que nos mantiveram neste estado de exploração com a promessa de que um dia sobriaria tempo, de que um dia haveria vida boa. Foram intensificando o trabalho, acelerando a

esteira e jurando que aquele seria o último esforço antes do prêmio. O prêmio nunca chegou e o homem da tela, de novo, didático, pergunta se não é falta de Deus.

Viver, a gente vive. Viver, a gente sempre viveu. O que a gente quer e merece é a chance de ter uma vida digna, a chance de ter uma vida boa. Mas isso, o capitalismo nunca pensou em nos regalar, ou mesmo vender. O nosso tempo é dele; a nossa vida é dele; a nossa saúde é dele e, também, pertencem a ele a nossa subjetividade e afetos.

Estamos cada vez mais exaustos sem sair do lugar. Não faz sentido trabalhar mais para ter mais dinheiro, para ter uma série de produtos que prometem que vão nos fazer trabalhar menos. O que a gente precisa é só trabalhar menos e, isso, o capitalismo nunca vai nos regalar.

A redução da jornada de trabalho é uma pauta histórica da classe trabalhadora e qualquer avanço neste sentido é fruto de organização e luta. É luta contra a exploração, mas também pela divisão da riqueza que, por nós, é produzida. É luta pelo resgate da nossa subjetividade e para que a gente possa utilizar a potência do nosso corpo para além do trabalho que é apropriado pelo capitalismo. É a luta pelo hoje e não por uma promessa de redenção futura.



Valente >